

CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CHAPECÓ
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 18/08/2026

ATA Nº. 07/2026

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, realizou-se, de forma presencial na sede do Conselho da Comunidade da Comarca de Chapecó, a Assembleia Geral Ordinária referente ao mês de agosto, contando com a presença dos Conselheiros e Conselheiras titulares e suplentes: Maicon Dioni de Castro (Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó), Jaquelina Pavan (APAS), Pamela Piran da Rosa (OAB), Savério André Dadalt (Seara de Caridade), Guilherme Angonese (ACIC), Leonardo Granzotto (Rotary Club), Eliane Tortelli Ferri (SESC), Luiz Carlos Sordi (UFFS) e Marcos Antônio Nunes (Unochapecó). A Assembleia foi convocada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Recepção; 2. Verificação de quórum para instalação da reunião e deliberações; 3. Justificativas de ausência; 4. Leitura, discussão e deliberação da pauta; 5. Deliberação sobre a aprovação da ATA Nº 06-2026; 6. Prestação de contas referente ao mês de julho de 2026; 7. Leitura e discussão para aprovação do relatório de visita ao sistema prisional; 8. Discussão sobre a inscrição do Conselho da Comunidade no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e deliberação quanto aos respectivos encaminhamentos; 9. Discussão e deliberação sobre o Projeto dos 25 anos do Conselho da Comunidade; 10. Discussão sobre a elaboração de projeto para melhorias prioritárias na Ala da Maternidade da Unidade Prisional Feminina de Chapecó, com recursos destinados pela 10ª Promotoria de Justiça, contemplando pintura e pequenos reparos; 11. Correspondências recebidas e expedidas (ofícios, e-mails, mensagens, ligações e demais comunicações); 12. Encaminhamentos; 13. Demais assuntos de interesse dos Conselheiros e encerramento. A Presidente deu início à reunião, cumprimentando e agradecendo a presença dos Conselheiros e representantes das entidades participantes, destacando a importância da oportunidade de reencontro e continuidade dos trabalhos do Conselho **(item 1)** e verificou o quórum regimental para instalação da Assembleia **(item 2)**, apresentaram justificativa de ausência os Conselheiros: Rodrigo Saber (Defensoria Pública), Joseane Peruzzo (CPMA) e Gelson Aguiar da S. Moser (Suplente-UFFS) **(item 3)**. A pauta previamente encaminhada aos Conselheiros foi apresentada e discutida, não sendo incluídos novos assuntos neste momento. Os itens foram apreciados conforme a ordem estabelecida na convocatória **(item 4)**. Em seguida, foi submetida à apreciação dos presentes a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas ou alterações **(item 5)**. Na sequência, passou-se ao **(item 6)** onde foi apresentada a prestação de contas referente ao mês de julho de 2026. Esclareceu-se que a prestação apresentou maior volume de movimentações em razão de pagamentos que estavam pendentes em decorrência de atrasos relacionados a questões bancárias e cartorárias. Foram mencionados pagamentos referentes a períodos anteriores, inclusive despesas médicas e guias sindicais que estavam em atraso desde exercícios anteriores e que foram posteriormente regularizadas. Também foi informado que houve a regularização integral das pendências junto ao sindicato. Foi apresentada, ainda, a prestação referente aos recursos destinados aos projetos da

CPMA e do Presídio, incluindo a utilização dos recursos e a respectiva devolução dos valores remanescentes ao Tribunal de Justiça. Durante a discussão, foi sugerido que as prestações de contas passem a apresentar, de maneira mais individualizada, os recursos correspondentes a cada projeto, facilitando o acompanhamento dos saldos e rendimentos. Também foi discutida a necessidade de manter devidamente documentados os orçamentos utilizados nas aquisições, especialmente considerando a posterior prestação de contas aos órgãos de controle. Foi informado que os orçamentos serão anexados à documentação correspondente. Discutiu-se ainda a necessidade de separar os recursos destinados à manutenção dos demais recursos vinculados a projetos, inclusive para possibilitar o adequado controle dos rendimentos. Foi deliberado pelo prosseguimento das providências necessárias para a individualização e separação dos recursos, conforme as deliberações anteriores do Conselho. Após os esclarecimentos, a prestação de contas referente ao mês de julho de 2026 foi aprovada pelos presentes. Em seguida, no **(item 7)** foi apresentado e discutido o relatório referente à visita realizada ao sistema prisional em 19 de maio de 2026, ocasião em que foram realizadas entrevistas com pessoas privadas de liberdade e observações acerca das condições das unidades visitadas. Durante a discussão, foram destacadas questões relacionadas à saúde mental das pessoas privadas de liberdade, à necessidade de maior oferta de espaços de escuta e atendimento, à falta de perspectiva dos apenados em relação ao período posterior ao cumprimento da pena e à importância de articulação com universidades e demais entidades públicas e privadas para desenvolvimento de ações no sistema prisional. Foi debatida a possibilidade de construção de programas voltados à saúde mental, incluindo ações de escuta, atividades educativas, arteterapia, práticas integrativas e outras iniciativas que possam contribuir para o bem-estar das pessoas privadas de liberdade. Ressaltou-se que tais ações não devem transferir às universidades a responsabilidade do Poder Público pelo atendimento da população prisional, mas podem constituir parcerias e ações complementares. Como encaminhamento, deliberou-se pela busca de parcerias com universidades, setores públicos, privados e demais entidades para desenvolvimento de projetos e ações conjuntas voltadas à saúde mental no sistema prisional. Também foram discutidas questões relacionadas à superlotação, às condições das celas, ao uso de spray de pimenta, à assistência à saúde, à alimentação, à assistência religiosa, ao acesso a livros e à ausência de equipes técnicas suficientes para atendimento e elaboração dos documentos necessários ao acompanhamento da execução penal. Na leitura do relatório de visita realizada ao Presídio Feminino em 14 de agosto de 2026 foi destacada a preocupação com a situação do pavilhão destinado às atividades de trabalho, especialmente diante da existência de máquinas e equipamentos que permanecem sem utilização. O espaço possui potencial para aproximadamente cinquenta vagas de trabalho, sendo considerado importante verificar as razões da interdição e as providências que podem ser adotadas para sua retomada. Deliberou-se pelo encaminhamento da questão à Defensoria Pública, buscando informações acerca do processo e da situação atual do espaço. Na discussão acerca da Unidade Prisional Feminina, foram relatadas observações referentes à Ala da Maternidade, incluindo as condições do espaço destinado às mães e bebês, a necessidade de melhorias ambientais, pintura, cortinas, brinquedos e outros elementos destinados

às crianças. Também foi destacada a importância de atenção à saúde mental das mães diante do rompimento posterior do vínculo com os filhos. Os relatórios foram aprovados pelos presentes. No **(item 8)**, foi apresentada a necessidade de inscrição do Conselho da Comunidade no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, considerando a possibilidade de encaminhamento de projetos para obtenção de recursos por meio de emendas parlamentares. Foi esclarecido que, para a inscrição, será necessário apresentar a documentação exigida pelo CMAS, bem como elaborar projeto compatível com a área de assistência social. Informou-se que a profissional responsável pela área social auxiliará na organização da documentação e na elaboração do projeto. Após discussão, foi deliberado pelo prosseguimento das providências necessárias para a inscrição do Conselho da Comunidade no CMAS, com a organização da documentação e elaboração do projeto dentro do prazo previsto para o próximo edital. No **(item 9)** foi discutida a elaboração do projeto alusivo aos 25 anos do Conselho da Comunidade. Informou-se que o projeto será desenvolvido e que está sendo avaliada a possibilidade de obtenção de recursos por meio de emenda parlamentar. Foi relatado o contato realizado com o Deputado Fabiano da Luz e sua equipe, bem como a possibilidade de encaminhamento de recursos para viabilização do projeto. Ressaltou-se a necessidade de organização prévia da documentação exigida e de observância dos prazos estabelecidos para inscrição e análise. Deliberou-se pela continuidade da elaboração do projeto e das providências necessárias para viabilizar sua execução, buscando-se recursos por meio de emenda parlamentar e outras fontes possíveis. No **(item 10)** foi retomada a discussão acerca das melhorias necessárias na ala da Maternidade da Unidade Prisional Feminina de Chapecó, especialmente quanto à pintura e aos pequenos reparos no espaço. Foi informado que será buscada a participação de profissional ou equipe da área de arquitetura para realizar uma visita técnica ao local, efetuar levantamento das medidas, registrar imagens e elaborar uma proposta de intervenção, permitindo que as melhorias sejam realizadas de maneira planejada. Entre as necessidades inicialmente identificadas, foram mencionadas pintura, correção de infiltração existente no corredor, instalação de cortinas e melhorias no espaço destinado às crianças. Também foi discutida a possibilidade de obtenção de brinquedos e tapetes apropriados para bebês por meio de doações ou aquisição, conforme disponibilidade de recursos. Deliberou-se que, inicialmente, será realizada a avaliação técnica do espaço para elaboração do projeto, ficando as demais ações condicionadas ao levantamento das necessidades e à disponibilidade de recursos. No **(item 11)** foram comunicadas as correspondências e providências realizadas no período. Informou-se que, em 23 de julho de 2026, foi encaminhado ofício relacionado ao Selo Digital, solicitando a inclusão do Conselho nas medidas pertinentes, ainda sem retorno até a presente data. Foi comunicada a prestação de contas referente aos recursos destinados à CPMA e ao Presídio, bem como a devolução dos valores remanescentes. Também foi relatada a solicitação realizada ao Fórum para doação de móveis ao Residencial Salomão, mediante pedido formulado por representante da instituição, tendo sido encaminhado o respectivo ofício e aguardando seu retorno. Foi comunicada a doação de roupas e calçados recebida por intermédio de entidade que possuía materiais remanescentes de campanha anterior, posteriormente encaminhados ao sistema prisional. A Secretária informou, ainda, que a Mitra Diocesana comunicou a substituição de seu

representante no Conselho, sendo aguardado o encaminhamento do respectivo ofício formal. Quanto à UNOESC, foi informado que a instituição encaminhou indicação de representante para o Conselho. Após verificação, constatou-se que a instituição havia formalizado seu desligamento anteriormente, por meio de ofício. Dessa forma, foi esclarecido à instituição que, para retornar ao Conselho, deverá apresentar novo pedido formal de ingresso, observando os trâmites necessários e submetendo a solicitação à apreciação do Conselho. A documentação será analisada oportunamente e o assunto deverá retornar à pauta para deliberação. No **(item 12)** da pauta foram definidos os seguintes encaminhamentos: a) solicitar reunião com representantes da Unochapecó, da Universidade Federal da Fronteira Sul e PACH, com o objetivo de discutir possibilidades de parceria para ações relacionadas à saúde mental, reinserção social e desenvolvimento de projetos junto ao sistema prisional; b) buscar informações junto à Defensoria Pública acerca da situação do pavilhão, especialmente quanto ao motivo da interdição, ao processo existente e às possibilidades de retomada das atividades; c) realizar levantamento e orçamento para aquisição de tablets destinados à visitação virtual no sistema prisional, considerando a solicitação apresentada pela unidade; d) providenciar a visita técnica à Ala da Maternidade da Unidade Prisional Feminina, buscando profissional da área de arquitetura ou engenharia para elaboração de projeto de melhorias; e) dar continuidade às providências para inscrição do Conselho da Comunidade no CMAS; f) prosseguir com a elaboração do projeto alusivo aos 25 anos do Conselho e com as tratativas para obtenção de recursos; g) acompanhar as demandas relacionadas às condições estruturais, saúde mental, trabalho, assistência e demais necessidades identificadas durante as visitas ao sistema prisional. Nos demais assuntos **(item 13)**, foram compartilhadas informações acerca de iniciativas relacionadas à saúde mental e possíveis atividades de extensão universitária, destacando-se a importância de estabelecer aproximação entre o Conselho, universidades e demais entidades. Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente agradeceu a presença e a participação de todos, destacando a importância da continuidade do trabalho conjunto entre as entidades que compõem o Conselho da Comunidade. Em seguida, declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária. Para constar, eu, **Brenda Barcelos**, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e pela Secretária, para que produza seus efeitos legais e administrativos.

PAMELA
PIRAN DA
ROSA

Assinado de forma
digital por PAMELA
PIRAN DA ROSA
Dados: 2026.09.28
10:52:10 -03'00'

Pamela Piran da Rosa
Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIANE TORTELLI FERRI
Data: 25/09/2026 13:36:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eliane Tortelli Ferri
Secretária